

# A dívida é o novo alvo dos "Galtieris" do PMDB

Quando, em nosso editorial de ontem, sugerimos que o presidente Sarney tinha o dever de vir a público para reafirmar a sua confiança e o seu apoio ao seu ministro da Fazenda — o que acabou fazendo ao recusar o pedido de demissão que lhe foi apresentado por Dílson Funaro — não estávamos querendo dizer que estamos de acordo com o pacote que foi batizado como Cruzado II. Nossa opinião sobre as medidas adotadas pelo governo para corrigir as distorções do Cruzado I não se alterou.

O que o editorial de ontem procurava denunciar era apenas o perigo maior de termos a política econômica do governo, certa ou errada, plasmada daqui para a frente em função da luta pelo poder deflagrada dentro das hostes peemedebistas desde que se definiram os resultados da eleição.

E, se havia alguma dúvida ainda de que esse perigo é real, ela deixa de existir a partir da leitura dos jornais de ontem, todos eles cheios de informações sobre o próximo lance da luta pelo poder, que terá como ponto de referência a questão da dívida externa. Convencidas, agora, de que precisarão mesmo abrir mão de uma parcela de sua "popularidade" se não quiserem se responsabilizar pelo naufrágio da economia nacional, as "patrióticas" e "desprendidas" lideranças peemedebistas ensaiam um "congraçamento" para enfrentar um inimigo comum — externo — numa heróica batalha que, na opinião deles, poderá trazer de volta a popularidade perdida em função das inevitáveis agruras acarretadas pelo Cruzado II. Os "generais Galtieri" do PMDB vão embarcar na sua guerra das Malvinas dispostos a pôr a perder tudo que foi conseguido, a duras penas, pelos negociadores do governo até agora, sem pensar nas consequências funestas que isto terá para o País, em troca, como dissemos, da esperança de recuperarem um pouco da popularidade perdida e de continuarem aparecendo, aos olhos de certos grupos radicais com os quais estão comprometidos, como os grandes campeões da preservação de uma suposta "soberania nacional", que é apenas mais um dos disfarces da luta ideológica sem tréguas que movem para afastar-nos cada vez mais do mundo politicamente civilizado e economicamente desenvolvido.

Agora, o que leva estes políticos do PMDB a pensar que a defesa dessa "soberania nacional" — que, como já dissemos em comentários anteriores, não contém proteínas nem elimina os bolsões de miséria que enchem a plataforma eleitoral do dr. Ulysses — possa torná-los mais populares é coisa que não sabemos...

Na verdade, o que nos parece é que, como tudo o mais que fazem, esta é apenas mais uma de suas tentativas irresponsáveis — e de tão irresponsáveis, criminosas — de manipular os mais graves problemas nacionais como meros instrumentos de sua luta pela conquista do poder político.

Examinado objetivamente, o problema da negociação de nossa dívida externa não é nenhum bicho-de-sete-cabeças. E tanto não é que, desde o momento em que passou a tratá-lo com alguma objetividade, a equipe econômica da Nova República começou a conseguir sensíveis progressos nesta questão, encontrando grande receptividade por parte dos credores e dos organismos internacionais de crédito, como, entre outros, do tão vilipendiado FMI. No relatório preparado pela missão que nos visitou há três meses — relatório este que foi divulgado no início da semana passada, antes, portanto, da edição do Cruzado II — o FMI elogiava diversos aspectos do Cruzado I, criticando-lhe apenas a falta de medidas para desaquecer a economia e para reduzir os gastos públicos, coisa que o governo acabou fazendo com o Cruzado II. Mas, mesmo antes que essas medidas fossem divulgadas, o relatório do Fundo — que é dirigido aos seus diversos diretores — já recomendava, aceitando a principal reivindicação brasileira, que nossa economia passasse a ser tratada "na base de uma consulta a cada 12 meses, nos termos do artigo 4º do convênio constitutivo do FMI". Para importantes representantes do sistema financeiro internacional, ouvidos pela Gazeta Mercantil, este relatório "poderá ter um impacto decisivo sobre as negociações da dívida brasileira com os credores oficiais e privados", e, se o mesmo espírito for mantido no adendo a este relatório, ora em preparação, que analisará as medidas contidas no Cruzado II, "o governo brasileiro pode esperar obter um acordo de renegociação da dívida a governos e uma reabertura das linhas oficiais de crédito".

Este enorme progresso foi obtido não porque tivesse havido alguma alteração na atitude dos negociadores estrangeiros, mas sim porque houve uma mudança significativa na atitude dos negociadores brasileiros, que passaram a tratar o problema de maneira pragmática, deixando de lado a demagogia, fato que se confirmou com a introdução no circuito das negociações de um homem do calibre do novo embaixador do Brasil nos EUA, Marcílio Marques Moreira. Foi mais um importante gesto que tinha a clara intensão de retirar de cena o componente emocional que vinha tornando impossível qualquer acordo.

Os gerentes da economia nacional convenceram-se, por fim — e com isso convenceram também os nossos credores — daquilo que nós próprios, aqui no Jornal da Tarde, fomos os primeiros a afirmar: que o aspecto político que tem de haver nessa negociação se refere apenas e tão-somente à política externa, e não à política interna. Isto é, que dado o tamanho da dívida de alguns países e os sacrifícios que acarreta para os seus povos, existe um risco muito grande — como se confirma mais uma vez pela atitude do PMDB — de o problema da dívida ser transformado em um instrumento de disputa pelo poder político nos países devedores, e que deixar que isto aconteça é algo que não interessa de modo nenhum aos credores. Assim, é mais interessante, para eles, curvar-se a essa realidade e considerá-la com o peso que realmente tem, no momento de avaliar se é interessante continuar adotando simples regras bancárias para tratar essas dívidas ou fazer concessões para evitar que este fator acabe sendo usado como uma arma contra os seus próprios interesses.

Quando a equipe econômica brasileira sentiu que não era mais necessário usar a questão da dívida do mesmo modo como o PMDB quer usá-la agora — como instrumento de consolidação de sua posição política interna —, uma vez que esta já estava consolidada pelas conquistas do Plano Cruzado, as coisas, lá fora, começaram a andar pelo bom caminho. Agora, corremos o risco de ver tudo recomeçar... E, o que é pior, recomeçar com o governo "congraçado" com os "Galtieris" do PMDB.